



Departamento do Agronegócio

# AgroLegis

*Federal*

Acompanhamento de  
Legislações

07 de maio de 2013  
Edição 122

*Documento Interno*

# Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Presidente: **Paulo Skaf**

## Departamento do Agronegócio

Diretor Titular: **Benedito da Silva Ferreira**

Diretores:

Divisão de Insumos: **Mario Sergio Cutait**

Divisão de Produtos de Origem Vegetal: **Laodse Denis de Abreu Duarte**

Divisão de Produtos de Origem Animal: **Francisco Turra**

Divisão de Cafés, Confeitos, Trigo e Panificação: **Nathan Herszkowicz**

Gerente: **Antonio Carlos Costa**

Equipe Técnica:

**Anderson dos Santos**

**Fabiana Cristina Fontana**

**Fernando dos Santos Macêdo**

**Lhais Sparvoli Cardoso da Silva**

**Maria de Lourdes Rillo**

Apoio Institucional: **Rachel Colsera**

## Índice:

### Trabalho

#### PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 502 DE 2009\_\_\_\_\_02

*Concede seguro-desemprego, no período de entressafra, ao trabalhador rural que atua no cultivo de cana-de-açúcar.*

### Tributos

#### PROJETO DE LEI Nº 6.402, DE 2009\_\_\_\_\_11

*Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o Pis/Pasep e da Cofins incidentes sobre operações com inibidores de uréase.*

### Comércio

#### PROJETO DE LEI, Nº 5.259 DE 2001\_\_\_\_\_14

*Altera a redação do art. 39 da Lei nº8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).*

## PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 502 DE 2009

*Autor: Jarbas Vasconcelos*

*Concede seguro-desemprego, no período de entressafra, ao trabalhador rural que atua no cultivo de cana-de-açúcar.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Até 2020, o trabalhador rural que atue no cultivo de cana-de-açúcar fará jus a até três parcelas do benefício de seguro-desemprego, durante o período de entressafra, a cada intervalo de doze meses, desde que:

- I – tenha sido remunerado pelo cultivo de cana-de-açúcar nos seis meses imediatamente anteriores à data do requerimento de habilitação ao benefício;
- II – pertença à família cuja renda mensal per capita seja inferior a meio salário mínimo;
- III – não esteja em gozo de qualquer benefício no âmbito da seguridade social;
- IV – esteja em situação de desemprego involuntário.

§ 1º O valor do benefício de que trata este artigo corresponde a meio salário mínimo mensal.

§ 2º O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT):

- I – definirá os períodos de entressafra das lavouras de cana-de-açúcar nas diferentes regiões produtoras do Brasil;
- II – poderá estabelecer, mediante resolução, outras condições indispensáveis ao recebimento do benefício, inclusive com relação ao domicílio do trabalhador e ao comprometimento máximo dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Art. 2º Para se habilitar ao benefício de que trata o art. 1º, o trabalhador rural deverá apresentar ao órgão competente:

- I – declaração acerca do valor de sua respectiva renda familiar per-capita;
- II – comprovação de que não está em gozo de qualquer benefício no âmbito da seguridade social;
- III – comprovação do trabalho em cultura de cana-de-açúcar nos seis meses anteriores ao requerimento do benefício, com especificação do empregador e local de atividade.

Parágrafo único. O órgão competente estabelecerá os procedimentos para comprovação da informação constante do incisos I e poderá exigir outros documentos para habilitação ao benefício do seguro-desemprego.

Art. 3º O benefício de que trata esta Lei será cancelado nas seguintes hipóteses:

- I – aumento da renda família que ultrapasse o limite estabelecido no inciso I do art. 2º desta Lei;
- II – início de atividade remunerada que garanta mais de meio salário mínimo mensal;
- III – comprovação de fraude ou de falsidade nas informações prestadas para obtenção do benefício, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis;
- IV – recusa em frequentar curso de qualificação profissional ou aceitar oferta de emprego nos termos do disposto no art. 4º desta Lei, desde que o emprego ofertado seja condizente com sua qualificação e remuneração anterior, além de estar localizado próximo ao domicílio da família do beneficiado ou ao lugar onde o trabalhador exerce sua atividade profissional;
- V – morte do beneficiário.

§ 1º O direito do trabalhador à percepção do seguro-desemprego será suspenso por:

- I - doze meses, nos casos previstos nos incisos I e II deste artigo;
- II - vinte e quatro meses, no caso previsto no inciso III.

§ 2º Os períodos referidos no parágrafo anterior serão dobrados em casos de reincidência.

Art. 4º O benefício do seguro-desemprego do trabalhador da cana-de-açúcar poderá estar integrado a ações de qualificação profissional e de recolocação no mercado de trabalho.

Parágrafo único. Sempre que houver a integração prevista no caput, o trabalhador rural beneficiado com o seguro-desemprego fica obrigado a frequentar, sem ônus e durante o período de entressafra, curso de qualificação profissional a ele disponibilizado.

Art. 5º O benefício do seguro-desemprego de que trata esta Lei será pago à conta do Fundo de Amparo ao Trabalhador instituído pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

---

## Justificativa:

Em vista da crescente demanda por cana-de-açúcar, matéria-prima para fabricação de açúcar e álcool combustível, a produção nacional dessa matéria-prima cresce a passos largos no Brasil. Com isso, nosso País é hoje o maior produtor mundial de cana, é responsável por quase 20% da produção e 50% das exportações mundiais de açúcar e é o segundo maior produtor e maior exportador de etanol do mundo, respondendo por 35% da produção mundial. Além disso, dominamos o ciclo completo da produção de etanol e inovamos no setor automobilístico ao desenvolvermos o veículo “flex-fuel”, capaz de utilizar gasolina ou etanol em qualquer proporção.

Único país a possuir duas colheitas anuais - uma no Norte-Nordeste, de setembro a março; outra no Centro-Sul, de abril a novembro -, o Brasil concentra 88,8% da produção de cana na região Centro-Sul, 61,5% apenas no Estado de São Paulo. O mapa aqui apresentado indica as áreas onde se concentram as plantações e usinas produtoras de açúcar, etanol e bioeletricidade no Brasil.

Esses dados e informações nos levam a vislumbrar um setor econômico repleto de promessas e possibilidades de desenvolvimento. Entretanto, essa é uma visão parcial da realidade.

Na verdade, enquanto a riqueza advinda do etanol configura-se como uma realidade cada vez mais presente, a situação de grande parte dos trabalhadores que atuam no cultivo da cana-de-açúcar ainda é bastante precária, havendo muito a avançar.

Com a reestruturação e modernização do cultivo da cana-de-açúcar em São Paulo, milhares de trabalhadores rurais oriundos das regiões mais pobres do Brasil passaram para lá migrar todos os anos. Esses migrantes vão para trabalhar no corte da cana e melhorar as condições de vida com o dinheiro ganho durante a safra, na tentativa de amealhar recursos suficientes para manter suas famílias também durante o período da entressafra, quando ficam desocupados. Diante disso, deixam-se explorar com facilidade, trabalhando ferrenhamente em jornadas extenuantes.

Isso ocorre porque a maior parte da produção ainda é manual e o sistema de pagamento equivale ao piso salarial mais uma parte que varia de acordo com a quantidade de cana cortada. Ou seja, quanto mais se corta, mais se recebe. Para se manter empregado, o trabalhador deve produzir, no mínimo, 10 toneladas por dia. Não obstante, sempre procura produzir mais que isso, a fim de receber maior remuneração.

Ocorre que, para executar sua função, o cortador de cana chega a fazer, em oito horas de trabalho, 3.994 flexões de coluna e a dar 3.792 golpes de “podão” – em ciclos médios de movimentos de 5,6 segundos, seis vezes acima do recomendável. No final do dia, chega a cortar e carregar 11,5 toneladas. É fácil, pois, vislumbrar o desgaste e os danos que uma atividade tão repetitiva como essa tende a causar ao trabalhador. Se aceita a regra do jogo é, sem dúvida, porque não tem alternativa.

Na Região Nordeste, as condições de trabalho são ainda mais extenuantes. Mesmo em usinas de grande porte, donas de milhares de hectares de cana, é comum encontrar trabalhadores obrigados a bancar suas botas e luvas com parte do salário mínimo que recebem.

Em função desse desumano processo produtivo, homens jovens e bem nutridos são os principais alvos dos feitores, pessoas com a missão de montar a turma de cortadores, cuidar do transporte e fiscalizar a atividade. Outros migrantes são reunidos por “gatos”, agenciadores que sobrevivem do recrutamento de mão-de-obra barata em lugares distantes das usinas. É dessa forma que grande parte dos cortadores chega, todos os anos, a São Paulo.

Somam-se a esses problemas, os graves danos da queima da cana-de-açúcar, feita para facilitar o corte e aumentar a quantidade colhida, na saúde dos trabalhadores e no meio ambiente. A situação é tão crítica que já há restrição de horário para a queimada em São Paulo e proibição em determinadas épocas do ano.

Especificamente com relação ao caráter sazonal da atividade canavieira, além do incentivo à elevada exploração da mão-de-obra nos períodos de safra, verifica-se o agravamento de uma série de problemas sociais nas comunidades em que vive essa mão-de-obra que fica involuntariamente ociosa durante a entressafra.

Diante da triste realidade vivenciada pelos trabalhadores rurais que atuam no cultivo da cana-de-açúcar *vis-a-vis* a excelente situação do setor sucroalcooleiro, fica evidente a injustiça social e a necessidade de se instituir políticas públicas destinadas a melhorar as condições de trabalho nas lavouras de cana, de forma que os trabalhadores rurais também possam usufruir dos benefícios advindos do crescimento do setor.

Nesse contexto, ganha destaque o fim anunciado da queima da cana-de-açúcar, principalmente pelos danos ambientais que causa. Em São Paulo, maior pólo produtor, esta prática será eliminada até 2014 nas culturas mecanizadas e até 2017 nas manuais. Em Minas Gerais e Goiás também foram assinados protocolos agroambientais com a indústria canavieira para erradicar essa prática.

Com o fim da queimada da palha da cana, as usinas terão que colher a planta com máquinas. Resultado: a mecanização da produção de cana-de-açúcar é uma realidade cada vez mais próxima. Hoje ¼ da produção do Centro-Sul está mecanizada, sendo que São Paulo já mecanizou 40% de sua produção.

Cabe também ressaltar a assinatura, em meados de 2008, do “Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar”, a partir do qual Governo, trabalhadores e empresários comprometeram-se a disseminar, no cultivo manual da cana, melhores práticas de trabalho, destacando-se: a contratação direta de trabalhadores e consequente eliminação dos “gatos”; a melhoria no transporte da mão-de-obra; a maior transparência na aferição e pagamento do trabalho por produção; e práticas voltadas para a saúde e segurança dos trabalhadores. O Governo, por seu turno, comprometeu-se a introduzir políticas públicas nas áreas de educação, requalificação e facilitação de emprego.

Diante desses avanços, a questão que surge é que a mecanização da lavoura da cana, embora vá resultar em melhores condições de trabalho para os empregados que permanecerem no setor, provocará redução significativa da demanda por mão-de-obra e eliminação de postos de trabalho no campo. Os que mais deverão sentir as consequências são os safristas migrantes, menos escolarizados e menos aptos a serem realocados em outras atividades.

Diante dessa perspectiva de desemprego estrutural nas lavouras de cana-de-açúcar, há que se reciclar e qualificar os trabalhadores rurais para que possam atuar em outras atividades. Tarefa que não é fácil, já que, mesmo no âmbito dos cortadores formalizados, verifica-se que a reduzida escolaridade e qualificação imperam, na medida em que grande parte não concluiu o ensino fundamental, 52% têm até quatro anos de estudo e 7% são analfabetos.

Na região Nordeste, a situação é ainda mais crítica. Na Zona da Mata de Pernambuco, por exemplo, um contingente de 90 a 100 mil trabalhadores é empregado nos canaviais, apenas 6% formalizados, e cerca de 2/3 é dispensado na entressafra, contingente que permanece desempregado até a próxima safra, já que não tem competência técnica para realizar outra atividade que não o corte da cana. Para estes, a situação ficará realmente calamitosa quando, além do expressivo desemprego sazonal de que são vítimas, começar a ocorrer a eliminação dos postos de trabalho resultante da maior mecanização das lavouras.

Em vista desse preocupante panorama, onde ao desemprego sazonal se junta o estrutural, urge buscar formas de minorar as graves consequências da sazonalidade e da crescente mecanização para a mão-de-obra que depende do cultivo da cana-de-açúcar. É justamente essa a intenção do projeto de lei ora apresentado.

Para diminuir os problemas advindos do desemprego sazonal, propõe-se a instituição do seguro-desemprego para os trabalhadores rurais que atuam no cultivo da cana-de-açúcar, em moldes similares ao seguro vigente para os pescadores artesanais durante o período do defeso.

Como os cortadores de cana são trabalhadores temporários, não têm hoje direito a esse benefício, não obstante sofram as consequências de tal lacuna, na forma de extenuantes jornadas de trabalho no período da safra da cana-de-açúcar e da ociosidade e insuficiência de recursos financeiros nos meses de entressafra.

Focando a resolução do desemprego estrutural que se afigura, o projeto abre a possibilidade de integração entre a concessão do seguro-desemprego e ações de qualificação profissional e de recolocação no mercado de trabalho. A idéia é que se disponibilizem cursos profissionalizantes durante o período de

entressafra. Tais cursos poderão ser oferecidos pela União, Estados, Municípios e por empresários do setor sucroalcooleiro. Com isso, o safrista desempregado receberia uma renda mínima para sua sobrevivência, equivalente a meio salário mínimo, evitando que tenha que perder sua saúde e integridade física para conseguir maior remuneração no período da safra, ao mesmo tempo em que se capacitaria para ser recolocado em outra atividade no futuro.

Na medida em que a maior mecanização, a extensão do período das safras e a recolocação dos cortadores de cana em outras funções tendem não apenas a eliminar postos de trabalho nos canaviais como também diminuir sobremaneira o desemprego sazonal no setor, sugere-se que o benefício do seguro-desemprego para os cortadores de cana vigore por apenas 20 anos.

O que se espera é que, depois de 2020, o mercado de trabalho do setor sucroalcooleiro esteja configurado de forma totalmente diversa da atual, com elevado grau de formalização das relações trabalhistas, satisfatória qualificação da mão-de-obra, reduzido contingente de cortadores de cana e sensível diminuição do emprego temporário.

Em tal cenário, a grande maioria dos trabalhadores do setor terá direito ao mesmo seguro desemprego que hoje beneficia milhares de empregados urbanos formalizados.

Destaque-se que o seguro-desemprego proposto não se configura como um benefício previdenciário nos moldes do previsto no inciso III do art. 201 da Constituição Federal. Isso, porque não há, necessariamente, uma contrapartida financeira visando seu custeio, já que cortadores de cana sem carteira de trabalho assinada também poderão receber o benefício, sendo, aliás, os que mais dele necessitam. Com isso, o valor do seguro desemprego dos trabalhadores dos canaviais não precisa respeitar o piso de um salário mínimo estipulado no § 2º do artigo em questão. Nem seria justo que o fizesse, já que não pressupõe suficiente contrapartida financeira, requer renda familiar máxima para sua percepção, o que o aproxima mais das características de um benefício assistencial.

Por fim, cabe sublinhar que o caráter temporário do seguro-desemprego, a limitação vinculada ao teto de renda familiar e seu reduzido valor, aliados à tendência de paulatina redução em sua concessão, ao longo do tempo, permitem supor que o impacto financeiro do benefício proposto poderá ser absorvido pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador. Mesmo assim, o projeto de lei prevê a possibilidade de o Conselho Deliberativo do Fundo estabelecer requisitos destinados a privilegiar regiões mais carentes e fixar um comprometimento máximo dos recursos.

Esperando que as informações e argumentos expostos sensibilizem os nobres colegas sobre a urgente necessidade de resolver a delicada situação laboral dos trabalhadores rurais que atuam no cultivo da cana-de-açúcar, peço-lhes que apoiem a presente proposição legislativa, que, sem sombra de dúvida, muito contribuirá para melhorar a vida desses brasileiros.

Sala das Sessões,

Senador JARBAS VASCONCELOS

---

## Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site do Senado:

[http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=94044](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=94044)

**Data de Apresentação:** 05/11/2009

**Ementa:** Concede seguro-desemprego, no período de entressafra, ao trabalhador rural que atua no cultivo de cana-de-açúcar.

**Indexação:** Fixação, Normas, Dispositivos, Competência, (Codefat), Concessão, Seguro Desemprego, Valor, Metade, Salário Mínimo, Trabalhador, Comprovação, Atuação, Cultivo, Atividade, Corte, Colheita, Cana-De-Açúcar, Definição, Período, Entre-Safra, Requisitos, Direito, Recebimento, Limitação, Renda Familiar, Origem, Recursos, (Fat), Previsão, Circunstâncias, Suspensão, Cancelamento, Benefício.

---

## Tramitação:

### 05/11/2009 - PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

*Ação: Este processo contém 08 (oito) folhas numeradas e rubricadas.*

### 05/11/2009 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO

*Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS*

*Ação: Leitura.*

*Às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.*

*O projeto poderá receber emendas perante a primeira comissão, pelo prazo de cinco dias úteis, após publicado e distribuído em avulsos.*

*À CRA.*

*Publicação em 06/11/2009 no DSF Página(s): 57557 - 57560*

### 09/11/2009 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS*

*Ação: Recebido nesta data na Comissão.*

*Matéria em fase de recebimento de emendas pelo prazo de 9/11/09 a 13/11/09.*

### 16/11/2009 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR*

*Ação: Encerrado prazo, não foram oferecidas Emendas.*

*Matéria aguardando designação de relator.*

### 25/11/2009 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: Designado o Senador César Borges para relatar.*

*Ao gabinete do Senador César Borges.*

### 26/05/2010 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO*

*Ação: Recebido nesta data, do Senador César Borges, o relatório pela aprovação do Projeto com sete emendas que apresenta (fls 9/15).*

*Matéria pronta para a Pauta na Comissão.*

### 08/06/2010 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: Em Reunião Extraordinária realizada nesta data, a Comissão decide pela retirada do Projeto da Pauta.*

*Encaminhado ao Relator, Senador César Borges, para reexame.*

### 04/11/2010 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO*

*Ação: Recebido nesta data na CRA, sem manifestação do Senador César Borges.*

*Matéria pronta para pauta.*

### 23/11/2010 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária



*Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO*

*Ação: A matéria constou da Pauta da 24ª Reunião Extraordinária da CRA, tendo sido adiada para uma próxima reunião.*

*Matéria pronta para a Pauta na Comissão.*

**29/11/2010** - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Ação: Enviado à Secretaria-Geral da Mesa para leitura de requerimento de encaminhamento da matéria ao exame da CMA, atendendo solicitação do Of. SF 2281/2010 - do Presidente do Senado Federal Senador José Sarney (fls. 16/17).*

*À SSCLSF.*

\*\*\*\*\* Retificado em 29/11/2010 \*\*\*\*\*

*Enviado à Secretaria-Geral da Mesa para leitura de requerimento de encaminhamento da matéria ao exame da CAE, atendendo solicitação do Of. SF 2281/2010 - do Presidente do Senado Federal Senador José Sarney (fls. 16/17).*

*À SSCLSF.*

**29/11/2010** - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

*Ação: Recebido neste Órgão às 12h20.*

**29/11/2010** - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

*Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO*

*Ação: Aguardando leitura de requerimento de audiência de comissão.*

**30/11/2010** - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO

*Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO*

*Ação: Leitura do Requerimento nº 924, de 2010, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando que o projeto seja examinado, também, pela Comissão de Assuntos Econômicos. (art. 255, II, c, 12, RISF)*

*À SCLSF, para inclusão do requerimento lido em Ordem do Dia, oportunamente.*

*Publicação em 01/12/2010 no DSF Página(s): 54451*

**30/11/2010** - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

*Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO*

*Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 924, de 2010 de audiência de comissão.*

**23/08/2011** - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

*Situação: AGENDADA PARA ORDEM DO DIA*

*Ação: Agendado, para o dia 31.8.2011, o Requerimento nº 924, de 2010.*

*Votação, em turno único.*

\*\*\*\*\* Retificado em 23/08/2011 \*\*\*\*\*

*Agendado para a Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 31.8.2011 o Requerimento nº 924, de 2010, de audiência da CAE.*

**30/08/2011** - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

*Situação: INCLUIDO REQUERIMENTO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA*

*Ação: Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 31/08/2011 o Requerimento nº 924, de 2010, de audiência da CAE.*

*Votação, em turno único, do Requerimento.*

*Matéria não apreciada na sessão do dia 31/08/2011, transferida para a sessão deliberativa ordinária de 1º/09/2011.*

*Matéria não apreciada na sessão do dia 1º/09/2011, transferida para a sessão deliberativa ordinária de 06/09/2011.*

*Matéria não apreciada na sessão do dia 06.09.2011, transferida para a sessão deliberativa ordinária de 13.09.2011.*

*Matéria não apreciada na sessão do dia 13.09.2011, transferida para a sessão deliberativa ordinária de 14.09.2011.*

**14/09/2011 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO**

*Ação: Aprovado o Requerimento nº 924, de 2010.*

*O projeto retorna à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; seguindo, posteriormente, às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.*

*Publicação em 15/09/2011 no DSF Página(s): 37341*

**15/09/2011 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**

*Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR*

*Ação: Recebido na CRA nesta data.*

*Matéria aguardando designação de relator.*

**23/09/2011 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: Designado o Senador Benedito de Lira para relatar a matéria.*

*Encaminhado ao gabinete do Senador Benedito de Lira.*

**07/11/2011 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**

*Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO*

*Ação: Recebido nesta data, do Senador Benedito de Lira, o relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas nº 1 a 6 (fls.20/26).*

*Matéria pronta para a Pauta na Comissão.*

**17/11/2011 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**

*Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO*

*Ação: Na 49ª Reunião Extraordinária da CRA realizada nesta data, a Presidência retira a matéria da Pauta.*

*Matéria pronta para a Pauta na Comissão.*

**29/11/2011 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**

*Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO*

*Ação: Matéria incluída na pauta da Reunião da Comissão.*

**01/12/2011 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**

*Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO*

*Ação: Na 51ª Reunião Extraordinária da CRA realizada nesta data, a Presidência retira a matéria da Pauta.*

*Matéria pronta para a Pauta na Comissão.*

**14/12/2011 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**

*Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO*

*Ação: Matéria incluída na Pauta da Reunião da Comissão.*

**15/12/2011 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**

*Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO*

*Ação: Na 53ª Reunião Extraordinária da CRA realizada nesta data, o Presidente, Senador Acir Gurgacz, designa o Senador Ivo Cassol relator "ad hoc" em substituição ao Senador Benedito de Lira.*

*A Comissão aprova o relatório do Senador Ivo Cassol, que passa a constituir Parecer da CRA, favorável ao Projeto com as Emendas nº 1 a 6-CRA (fls 20/26).*

*Juntada a folha de assinatura do Parecer da CRA sobre o PLS nº 502/2009 (fl.27).*

*À CAE para prosseguimento da tramitação.*

**16/12/2011** - CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

*Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR*

*Ação: Recebido nesta Comissão, nesta data.*

*Matéria aguardando distribuição.*

**01/03/2012** - CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Acir Gurgacz Relator da Matéria.*

*Ao Relator.*

**15/03/2012** - CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

*Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO*

*Ação: Devolvido pelo relator, Senador Acir Gurgacz, com relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 6 - CRA. Cópia anexada ao processado às fls. 28-31.*

**12/07/2012** - CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: A Matéria vai a redistribuição em virtude de o Senador Acir Gurgacz ter se licenciado.*

*O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Assis Gurgacz relator da Matéria.*

**17/07/2012** - CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

*Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR*

*Ação: Devolvido pelo Senador Assis Gurgacz para redistribuição.*

*Matéria aguardando distribuição.*

**25/09/2012** - CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Casildo Maldaner Relator da Matéria.*

*Ao Relator.*

**13/12/2012** - CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

*Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR*

*Ação: Devolvido pelo Senador Casildo Maldaner para redistribuição.*

*Matéria aguardando distribuição.*

**10/04/2013** - CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: O Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, designa o Senador Antonio Carlos Rodrigues relator da matéria.*

*Ao Relator.*

**29/04/2013** - CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

*Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO*

*Ação: Devolvido pelo Relator, Senador Antonio Carlos Rodrigues, com relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 6-CRA (fls. 32-35).*

## PROJETO DE LEI Nº 6.402, DE 2009

*Autor: Moacir Micheletto - PMDB /PR*

*Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o Pis/Pasep e da Cofins incidentes sobre operações com inibidores de urease.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei reduz a zero as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pis/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins incidentes sobre operações de importação e no mercado interno com inibidores de urease.

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 1º .....

.....  
XVII – inibidores de urease a serem utilizados no tratamento de fertilizantes.

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

---

## Justificativa

Em 2004, reconhecendo a importância da agropecuária para a economia brasileira, a União concedeu redução das alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pis/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a importação e na comercialização do mercado interno de fertilizantes e defensivos agropecuários.

Todavia, tal desoneração tributária é incompleta. Há uma série de outros insumos agrícolas que deveriam constar da lista de produtos com tributação reduzida, porque têm um papel importante na composição dos custos da produção agrícola. Em especial, a redução de alíquotas deve incluir, também, os inibidores de urease.

A uréia é um dos fertilizantes sólidos mais utilizados no mundo. No Brasil, estima-se que esse produto responde por cerca de 60% dos fertilizantes nitrogenados comercializados. Entre outras coisas, a utilização da uréia apresenta as seguintes vantagens: menor preço por unidade de nitrogênio, alta concentração de nitrogênio, alta solubilidade, menor corrosividade, compatibilidade com um grande número de outros fertilizantes e defensivos e alta taxa de absorção foliar. Por outro lado, a principal desvantagem do uso do sobredito produto é a possibilidade de altas perdas de nitrogênio por volatilização, pois, quando aplicado ao solo, sofre hidrólise enzimática, liberando amônia.

Uma das formas de reduzir as perdas por volatilização e aumentar a eficiência do uso da uréia é bloquear a reação, inibindo sua enzima catalisadora — a urease, que é proveniente da síntese realizada por microrganismos e, provavelmente, também de resíduos vegetais.

Nesse contexto, resolvi apresentar o presente projeto. O objetivo dele é criar mecanismos para reduzir os custos dos inibidores de urease, o que, conseqüentemente, contribuirá para melhorar a renda do produtor rural. Como a utilização desses compostos tende a promover a otimização do uso de insumos agrícolas, a produção será maior e o custo, menor. Isso significa lucros maiores para os produtores e preços menores para os consumidores.

Tendo em vista os relevantes interesses de que se reveste esta proposição, espero contar com o apoio dos nobres Pares do Congresso Nacional.

## Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

[http://www.camara.gov.br/sileg/Prop\\_Detalhe.asp?id=459463](http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=459463)

**Data de Apresentação:** 11/11/2009

**Ementa:** Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o Pis/Pasep e da Cofins incidentes sobre operações com inibidores de urease.

**Explicação da Ementa:** Altera a Lei nº 10.925, de 2004.

**Indexação:** Alteração, legislação tributária federal, desoneração tributária, redução, alíquota zero, (Pis/Pasep), (Cofins), importação, comercialização, produto químico, composição, fertilizante, agrotóxico.

**Forma de apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**Regime de tramitação:** Ordinária

## Tramitação:

**11/11/2009** - PLENÁRIO (PLEN)

*Apresentação do Projeto de Lei pelo Deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR).*

**20/11/2009** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Ordinária*

**25/11/2009** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 26/11/2009.*

**25/11/2009** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Recebimento pela CAPADR.*

**25/11/2009** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Designado Relator, Dep. Leonardo Vilela (PSDB-GO)*

**26/11/2009** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 27/11/2009)*

**22/12/2009** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.*

**03/03/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Devolvida sem Manifestação.*

**10/03/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Designado Relator, Dep. Dilceu Sperafico (PP-PR)*

**28/04/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CAPADR, pelo Deputado Dilceu Sperafico (PP-PR).*

**28/04/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Parecer do Relator, Dep. Dilceu Sperafico (PP-PR), pela aprovação.*

**05/05/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Aprovado por Unanimidade o Parecer.*

**06/05/2010** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

*Recebimento pela CFT.*

**06/05/2010** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Parecer recebido para publicação.*

**11/05/2010** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural publicado no DCD de 12/05/10, Letra A.*

**01/06/2010** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

*Designado Relator, Dep. Ricardo Berzoini (PT-SP)*

**02/06/2010** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

*Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 04/06/2010)*

**22/06/2010** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.*

**14/07/2010** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

*Apresentação do Requerimento n. 270/2010, pelo Deputado Ricardo Berzoini (PT-SP), que: "Requer ao Senhor Secretário da Receita Federal informações relativas ao impacto orçamentário - financeiro do Projeto de Lei nº 6.402, de 2009".*

**25/01/2011** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

*Devolvida sem Manifestação.*

**31/01/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publicação no DCD do dia 01/02/2011 - Suplemento ao nº 14. Inteiro teor*

**23/03/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Apresentação do REQ 917/2011, pelo Dep. Moacir Micheletto, que solicita o desarquivamento de proposição.*

**30/03/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-917/2011. DCD 05 04 11 PAG 15114 COL 02.*

**04/05/2011** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

*Designado Relator, Dep. Cláudio Puty (PT-PA)*

**05/05/2011** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

*Reabertura do Prazo para Emendas ao Projeto - Art. 166 do RICD (5 sessões ordinárias a partir de 06/05/2011)*

**26/05/2011** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.*

**29/04/2013** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

*Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CFT, pelo Deputado Cláudio Puty (PT-PA).*

*Parecer do relator, Dep. Cláudio Puty, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.*



## PROJETO DE LEI, Nº 5.259 DE 2001

*Autora: Lincoln Portela - PSL/MG*

*Altera a redação do art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 39 ..

XIV - alterar, para menor, a quantidade e o peso dos produtos sem o devido conhecimento dos órgãos oficiais competentes, e a devida publicidade nos termos do art. 36, parágrafo único."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

---

### Justificativa:

O art. 39 do Código de Defesa do Consumidor trata das práticas abusivas dos fornecedores e prestadores de serviço aos consumidores.

Nossa proposição pretende incluir como prática abusiva a diminuição da quantidade e do peso de produtos e mercadorias, sem que esta atitude, que lesa ao consumidor, tenha o conhecimento, não só dos órgãos oficiais competentes, mas também do próprio consumidor por meio de publicidade veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal.

Por se tratar de mais uma medida que irá proteger o consumidor brasileiro, encareço que este projeto seja analisado com a merecida atenção pelos nobres Parlamentares.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2001.

Deputado Lincoln Portela.

---

### Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=32899>

**Data de Apresentação:** 30/08/2001

**Ementa:** Altera a redação do art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**Explicação da Ementa:** Proíbe ao fornecedor reduzir a quantidade e o peso dos produtos sem o devido conhecimento dos órgãos competentes e a veiculação de publicidade informando ao consumidor.

**Indexação:** Alteração, Código de Defesa do Consumidor, proibição, fornecedor, redução, quantidade, peso, produto, exigência, conhecimento, órgãos, competência, obrigatoriedade, publicidade, divulgação, consumidor, identificação.

**Forma de Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II



**Regime de Tramitação:** Ordinária

---

## Tramitação:

**30/08/2001** - PLENÁRIO (PLEN)

*Apresentação do Projeto de Lei pelo Deputado Lincoln Portela (PSL-MG)*

**03/09/2001** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Despacho à CDCMAM e CCJR (Artigo 54 do RI) - Artigo 24, II.*

**03/09/2001** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Publicação Inicial no DCD 06 11 01 PÁG 55746 COL 01.*

**04/12/2001** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Recebimento pela CDCMAM.*

**14/03/2002** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Designado Relator, Dep. Luiz Bittencourt*

**15/03/2002** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Abertura de Prazo para Emendas ao Projeto*

**25/03/2002** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas.*

**31/01/2003** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno*

**01/04/2003** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Desarquivado nos termos do Artigo 105 do R.I*

**22/04/2003** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Recebimento pela CDCMAM.*

**24/04/2003** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Abertura de Prazo para Emendas ao Projeto*

**05/05/2003** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas.*

**07/05/2003** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Designado Relator, Dep. Luiz Bittencourt*

**10/09/2003** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Parecer do Relator, Dep. Luiz Bittencourt, pela aprovação.*

**01/10/2003** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

*Parecer com Complementação de Voto, Dep. Luiz Bittencourt, pela aprovação, com emenda.*

*Aprovado o Parecer com Complementação de Voto*

**21/10/2003** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Recebimento pela CCJR.*

**23/10/2003** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias publicado no DCD de 24/10/03, PÁG 57115 COL 02 - Letra A.*

**16/05/2005** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Designado Relator, Dep. Celso Russomanno (PP-SP)*

**18/05/2005** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Abertura de Prazo para Emendas ao Projeto a partir de 19/05/2005*

**30/05/2005** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas.*

**10/08/2005** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Parecer do Relator, Dep. Celso Russomanno (PP-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e da emenda da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, com subemenda.*

**17/08/2005** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Abertura de Prazo para Emendas ao Substitutivo a partir de 18/08/2005*

**25/08/2005** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.*

**31/01/2007** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno. DCD 01 02 07 PAG 123 COL 01 SUPELENTO 01 AO Nº 21*

**06/02/2007** - PLENÁRIO (PLEN)

*Apresentação do Requerimento nº 37/2007, pelo Deputado Lincoln Portela, que solicita o desarquivamento da matéria.*

**09/03/2007** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-37/2007 => PL-751/1999.*

*DCD de 13 03 07 PÁG 9551 COL 01.*

**15/04/2008** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Designado Relator, Dep. Leo Alcântara (PR-CE)*

**16/04/2008** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 17/04/2008)*

**28/04/2008** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.*

**14/05/2008** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Apresentação do Parecer do Relator, PRL 2 CCJC, pelo Dep. Leo Alcântara*

*Parecer do Relator, Dep. Leo Alcântara (PR-CE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e da Emenda da Comissão de Defesa do Consumidor, com subemenda substitutiva.*

**18/06/2008** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões ordinárias a partir de 19/06/2008)*

**03/07/2008** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.*

**06/07/2009** - PLENÁRIO (PLEN)

*Apresentação do Requerimento nº 5131/2009 pelo Deputado Osório Adriano (DEM-DF) que requer apreciação da Comissão de Desenvolvimento Econômico do PL 5259/2001 de autoria do Deputado Lincoln Portela.*

**23/07/2009** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Indeferido o REQ 5131/09, conforme despacho do seguinte teor: Indefiro, eis que a distribuição se deu nos moldes regimentais, não restando demonstrado que a matéria versada no Projeto de Lei nº 5259/2001 se inscreve na competência temática da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. Publique-se. Oficie-se. DCD 04 08 09 PAG 37502 COL 02.*

**31/01/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publicação no DCD do dia 01/02/2011 - Suplemento ao nº 14.*

**03/02/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Apresentação do REQ 40/2011, pelo Dep. Lincoln Portela, que solicita o desarquivamento de proposição.*

**15/02/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-40/2011.*

**21/03/2012** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Designado Relator, Dep. Jaime Martins (PR-MG)*

**23/03/2012** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Reabertura do Prazo para Emendas ao Projeto - Art. 166 do RICD (5 sessões ordinárias a partir de 26/03/2012)*

**04/04/2012** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.*

**27/04/2012** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Apresentação do Parecer do Relator n. 3 CCJC, pelo Deputado Jaime Martins (PR-MG).*

*Parecer do Relator, Dep. Jaime Martins (PR-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e da Emenda da Comissão de Defesa do Consumidor, com substitutivo.*